

Proposta de Lei n.º 38/XV/1.<sup>a</sup>

(Aprova o Orçamento de Estado para 2023)

Proposta de Aditamento

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA apresenta a seguinte proposta de aditamento:

TÍTULO I

Outras disposições

CAPÍTULO IX

Outras disposições

Artigo 115.º - A

Empresa Pública de Armazenamento de Produtos Cerealíferos

1 – É criada a Empresa Pública de Armazenamento de Produtos Cerealíferos, sob a tutela do Ministério da Agricultura.

2 – A Empresa Pública de Armazenamento de Produtos Cerealíferos tem como principal função assegurar a reserva nacional de produtos cerealíferos, em percentagem a definir e revista anualmente pela tutela, em função das variações de necessidade que cada contexto social, económico e alimentar nacional compreenda.

Nota Justificativa:

Fruto de uma parca aposta dos consecutivos governos socialistas no sector primário nacional, Portugal tem visto nos últimos anos aumentar a sua dependência externa no

que respeita à importação de determinados produtos alimentares, muitos deles pela incapacidade produtiva nacional em dispor da sua própria matéria-prima, em grande medida, quando esta representa matéria cerealífera.

Por outro lado, atendendo à importância que a Ucrânia sempre teve no comércio internacional de cereais, o surgimento do conflito armado em curso, a par de um completo desequilíbrio da balança comercial e alimentar da Europa, veio contribuir uma vez mais para o alerta geral dos países eminentemente agrícolas como Portugal, tendo estes de acionar medidas e novos modelos de sustentabilidade agrícola que acautelem o armazenamento de determinadas matérias primas, circunstância que servirá de auxílio a carências alimentares que situações como esta possam causar.

Sendo já claro que a incapacidade de suprimento nacional no que respeita a necessidades alimentares deixa qualquer país refém das flutuações internacionais que se possam por qualquer motivo vir a verificar, esta situação que deve convocar os governos nacionais a tomar medidas capazes de antecipar possíveis dificuldades.

Neste sentido, crê-se que o Governo de Portugal deve proceder à criação de uma Empresa Pública de Armazenamento de Produtos Cerealíferos, cuja principal função deverá ser assegurar uma reserva nacional de produtos desta categoria, em percentagem a definir e revista anualmente pela tutela, em função das variações de necessidade que cada contexto socioeconómico e alimentar nacional compreenda.

São Bento, 3 de Novembro de 2022

O Grupo Parlamentar do Partido CHEGA

André Ventura - Bruno Nunes – Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá  
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -  
Rui Afonso - Rui Paulo Sousa

